

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

MARCOS SÁ CORRÊA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo.

Hora do Aperto

Os economistas brasileiros ficaram atônitos no início do Plano de Estabilização Econômica: criticaram e repetiram o vaticínio de fracasso. Apesar deles, o programa se mostrou correto. O presidente da República tem plena consciência dos rumos a seguir, a inflação desceu a níveis aceitáveis, e a demanda agregada está contida, graças ao rigor da política fiscal e à severa política monetária conduzida pelo Banco Central.

As taxas de inflação só não caíram mais rápido porque a estrutura de funcionamento da economia acumulava distorções por todos os lados. A Constituição de 1988 cuidou de muita coisa, mas faltou definir severas punições para os responsáveis por tantos desvios que permitiram o caos e a hiperinflação na economia brasileira.

A tarefa de eliminar as distorções e recolocar o país nos trilhos da economia de mercado requer esforço e perseverança. O alcance da estabilidade econômica será necessariamente um processo longo, que exigirá o sacrifício e a colaboração de todos, para abreviar o tempo do ajuste e a intensidade dos sacrifícios. Até lá, o Brasil terá de se acostumar às oscilações dos índices, sobretudo as provocadas por impactos diretos e psicológicos de altas externas, como a do petróleo.

Não faz sentido, portanto, dar ouvidos a idéias apressadas e alarmistas dos economistas que já defendem novos planos econômicos, como o fracassado expediente do congelamento de preços, para frear o repique inflacionário que estaria se desenhando no horizonte pela leitura dos primeiros índices de preços de agosto.

Uma leitura serena dos índices, ao contrário, corrobora a política macroeconômica do governo e, mais ainda, a recente ofensiva contra os reajustes abusivos de preços que teriam sido perpetrados pelos oligopólios industriais. Em termos de preços ao consumidor, todos os índices de agosto declinaram em relação a julho. No caso do IGPM, levantado pela Fundação Getúlio Vargas, houve queda de dois pontos (de 15,6% para 13,6% no índice de preços ao consumidor apurado no Rio e São Paulo para as faixas de renda até 33 salários mínimos). Itens como alimentação, habitação e vestuário registraram expressivas desacelerações de alta, como resultado da queda da demanda.

O problema foi exatamente nos preços do atacado, que representam 60% do cálculo do

IGPM. Nos bens de produção, por exemplo, houve um salto para 13,4%, depois de 8,9% em julho, com altas pouco justificadas para veículos pesados, como ônibus e caminhões (18,1%); matérias-primas brutas (15,6%); materiais de construção (15,3%) e matérias-primas semi-elaboradas (13,4%). Nos bens de consumo, no atacado, as utilidades domésticas, como geladeiras, máquinas de lavar e televisores, subiram, em média, 20%. Tem razão, portanto, a ministra da Economia de cobrar explicações para reajustes tão altos das indústrias.

Não há nenhum indício de aquecimento da economia. Muito ao contrário. O pico da produção industrial costuma ocorrer em outubro, quando se concentram as encomendas do comércio, mas o item máquinas e equipamentos aumentou apenas 8,5%, indicando a baixa temperatura na produção industrial. O Banco Central não pretende fazer grandes concessões para evitar o forte aperto de liquidez marcado para 17 de setembro. Apenas adiantou que vai atuar contra uma quebra geral no sistema. Quem estiver com mal insanável quebrará, como estão quebrando ou entrando em concordata poderosos grupos empresariais.

Todos têm de entender que o Brasil ainda vai enfrentar grandes sacrifícios, mas o governo não pode abandonar a severidade no combate à inflação. O mercado de câmbio já captou a mensagem: em agosto, apesar da inflação de 10,5% a 13,6% (conforme o índice utilizado), o dólar comercial valorizou apenas 3,64%. Ou seja, houve valorização real do cruzeiro. Muita gente percebeu isso e tratou de acelerar as exportações e, apesar de liberadas, as importações para estoque caíram, pois são encaradas como grande risco numa conjuntura de aperto de liquidez, juros em alta e redução do poder de compra dos salários.

As empresas que se preparam para o período duro que prenuncia os novos tempos: uma economia liberta da tutela do Estado e sujeita à concorrência interna e externa, aperfeiçoando os recursos humanos, reduzindo custos e enxugando áreas desnecessárias. É preciso que o industrial brasileiro abandone o velho expediente do repasse imediato de custos para os preços. Esta não é a solução. O Brasil mudou. Não adianta insistir nessa velha queda-de-braço.